

Dois mil professores lutam por 7 propostas

1 OUT 1987

LAURENICE NOLETO
Da Editoria de Política

Cerca de dois mil professores das escolas públicas, sob a coordenação do Centro dos Professores do Brasil (CPB), trocaram nos últimos dias a tradicional sala de aula pelos corredores, salões e gabinetes do Congresso Nacional e, os irrequietos adolescentes alunos de 1ª e 2ª graus, por 93 senadores e deputados federais que integram a Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Na cartilha, ao invés do "be-a-bá" eles trouxeram sete lições: resumo das principais propostas da categoria para a Constituição que está sendo elaborada.

Depois de dois dias de visitas e conversas com os constituintes, os professores passaram a aplicar uma prova, para avaliar o nível de aprendizado dos novos alunos em relação à "lição" ensinada. Organizados de forma didática e até mesmo pedagógica, os professores estão dando também uma lição aos demais grupos populares de pressão à Constituinte, sobre como conseguir um "lobby" perfeito. Até agora, segundo eles, os resultados dos trabalhos têm sido excelentes.

Dos 93 membros da Comissão de Sistematização, até às 18h30 de ontem, as comissões de professores já haviam conseguido contatar 46, que lhes permitiram fazer a seguinte avaliação: na questão do ensino público e gratuito, eles podem contar com o apoio de 38 parlamentares, enquanto seis ficam contra e dois permanecem indecisos:



sobre os percentuais de verbas para a Educação (18% sobre o orçamento da União e 25% dos Estados e Municípios), têm a seu favor também 38 constituintes, quatro não concordam e outros quatro estão indecisos.

Em outra lição polêmica — verbas públicas só para escolas públicas — os professores já têm o sim de 26 parlamentares, o não de 15 e o manifesto de indecisão de cinco. Para a garantia da gestão democrática das instituições de ensino, em todos os níveis, o professorado obteve apoio de 30 constituintes, contra oito dizendo não e mais oito indefinidos. Já na parte da "lição" que toca na vinculação do vencimento do professor ao salário mínimo, o resultado foi de 27 sim, 11 não e oito indecisos.

Com relação à aposentadoria aos 25 anos para o professor, se-

ja ele homem ou mulher, já se posicionaram favoravelmente 33 parlamentares, dos 46 ouvidos. Mas, outros quatro acham que a aposentadoria aos 25 anos de trabalho deve atingir só as mulheres, enquanto sete não aceitam essa tese, em qualquer hipótese, e dois se mostraram indefinidos. Quanto ao plano de carreira unificado — sétima e última "lição" — o apoio subiu para 38, com quatro constituintes contrários e outros quatro sem posição.

Ontem mesmo, as caravanas que tiveram que retornar a seus Estados já levaram esse material e o fizeram, comprometendo-se em reproduzi-lo de forma a divulgar o "boletim", com as posições e até as fotos dos parlamentares, em todas as escolas de sua região.

Segundo o presidente da CPB, Tomaz Wonghon, muitos constituintes têm assinado o documento da entidade, comprometendo-se com suas lutas, "mas a gente sabe que se eles ficarem soltos receberão pressões do outro lado e poderão até mudar de posição". Ele explicou que o empenho da categoria em sensibilizar os integrantes da Comissão de Sistematização, nesta fase de votação do projeto de Bernardo Cabral, faz parte de uma estratégia lógica: é mais fácil garantir agora o voto de 47 parlamentares, número suficiente para aprovação de qualquer matéria nesta fase, do que conseguir o apoio individual de 280 constituintes, na fase da votação em plenário.